

**PARECER DO CONTROLE INTERNO DE Nº 182/2021-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 050/2021**

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº: 189/2021

PROCESSO Nº: PE 052/2021

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

SITUAÇÃO: Regular

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica do ramo pertinente para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PROPOSTA EMENDA PARLAMENTAR Nº 11664.446000/1210-04, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde de Pacajá-PA.

CONTRATADO: AUGUSTU S INFORMATICA EIRELI, valor: 9.796,00 – CARLOS CESAR DE MARAES INFORMATICA, valor: 5.369,40.

➤ **RELATÓRIO**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 74, estabelece as finalidades do sistema de Controle Interno, bem como a Lei Municipal nº 253/2005 PMP/PA, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências:

- Realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Pacajá, com vistas a **verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentária-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Feito esse breve, mas necessário registro, passa-se a análise do processo Licitatório Pregão eletrônico nº PE 052/2021, e seus respectivos atos realizados afetos ao certame, cuja finalidade é Contratação de pessoa jurídica do ramo pertinente para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PROPOSTA EMENDA PARLAMENTAR Nº 11664.446000/1210-04, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde de Pacajá-PA.

➤ **DA MODALIDADE ADOTADA**

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação muito mais ágil e transparente, pois é realizado por sistema com comunicação via internet. Nesse sistema, os recursos de criptografia e autenticação garantem as condições necessárias de segurança em todas as etapas da licitação para os compradores.

Conforme Decreto nº 10.024/19:

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.(...)

➤ **DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS**

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

1. O processo em questão encontra-se em 01 (um) volume;
2. Contam nos autos, além da solicitação do processo de licitação, modalidade pregão eletrônico, Capa (fl. 001);
3. Memorando nº 086/2021, proposta emenda parlamentar e termo de recebimento de processo (fl. 002 a 009);
4. Termo de referência e justificativas (fls. 010 a 018);
5. Solicitações de despesas (fls. 019 a 021);
6. Fiscal de contrato, portaria nº 36/2021 (fl. 022);
7. Despacho para providenciar pesquisas de preços (fl. 023);
8. Cotação de preços (fls. 024 a 037);
9. Mapa de cotação, termo de recebimento de pesquisas de mercado (fls. 038 a 042);
10. Solicitação de disponibilidade financeira (fl. 043);
11. Confirmação de disponibilidade financeira (fl. 044);
12. Declarações de adequação orçamentária (inciso II, Art. 16, lei complementar nº 101/2000) (fl. 045);
13. Solicitação de autorização e autorização de abertura de processo (fl. 046);
14. Termo de autorização (fl. 047);
15. Encaminhamento de documentação (fl. 048);

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Pacajá
“Trabalho e Respeito Com o Nosso Povo”
Administração 2021/2024
Controle Interno

16. Termo de autuação (fl. 049);
17. Decreto nº 152/2021 nomeação do pregoeiro e equipe de apoio (fl. 050);
18. Minuta, edital, parecer inicial do Jurídico, anexos, avisos de licitação e comprovantes de publicações (fls. 051 a 117);
19. Proposta do Licitanet (fls. 118 a 121);
20. Proposta inicial (fls. 122 a 136);
21. Documentos de Habilitação das empresas (fls. 137 a 312);
22. Proposta final realinhada (fls. 313 a 325);
23. Ata da seção (fls. 326 a 344);
24. Termo de adjudicação; (fls. 345 a 346);
25. Solicitação de parecer jurídico (fl. 347);
26. parecer jurídico (fls. 348 a 349), e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais.

➤ **DO JULGAMENTO**

No que tange aos julgamentos referentes aos documentos de habilitação, nenhuma anormalidade fora observada, pois os documentos exigidos estão regularmente adequados às exigências editalícias.

Assim como, verificou-se que a condução recursal cumpriu suas etapas dentro da normalidade, garantindo o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos constitucionais e legais.

Com isso, vê-se, desde logo, que foram cumpridas todas as etapas para este processo, obtendo seu êxito.

➤ **DOS FATOS**

O Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames dos atos procedimentais realizados pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, atesta, até a presente data, que nenhuma irregularidade foi identificada, a partir do exame realizado, e pelos documentos tidos como hábeis pela Pregoeira, resguardando-se, para novos exames do presente processo, caso ache necessário.

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Pacajá
“Trabalho e Respeito Com o Nosso Povo”
Administração 2021/2024
Controle Interno

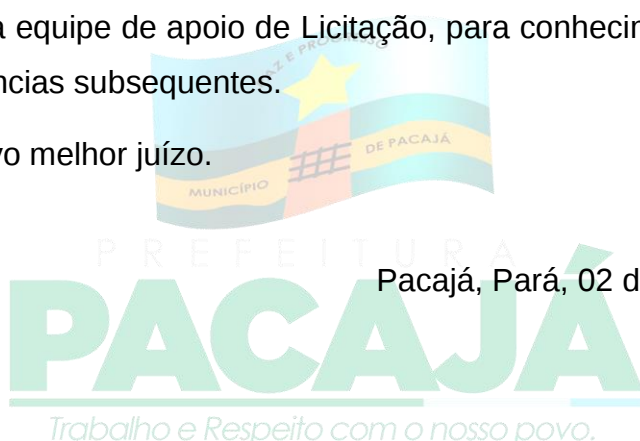
Com isso, entende-se que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente, apto para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes. Vale ressaltar que o parecer do controle interno é de caráter meramente opinativo, não vinculando, regra geral, na decisão dos atos e processos administrativos.

➤ **CONCLUSÃO**

Face ao exposto, este Controle Interno recomenda prosseguir o presente certame para realização das demais fases, pois se encontra revestido de todas as formalidades legais, no tocante à pregoão, conforme Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e demais legislação vigentes e as exigências do Edital e seus anexos, estando apto para gerar despesas à Municipalidade.

Ao Pregoeiro e a equipe de apoio de Licitação, para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

É o parecer, salvo melhor juízo.



Pacajá, Pará, 02 de dezembro, de 2021.

Vanderleia Elis Pedroni
Controle Interno
Decreto nº 014/2021-GAB/PMP